

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIO-ESPACIAL, EM SOURE, MARAJÓ-PARÁ

Eliane de Jesus Miranda Santana
UFPA

RESUMO: Soure apresenta grande potencial turístico, por suas paisagens naturais, a exemplo de suas praias e fazendas, diante disso e por ser umas das cidades marajoaras mais próximas da capital paraense, tornou-se um dos destinos mais visitados, e por isso também é uma das cidades marajoara trabalhada por políticas públicas destinadas ao fomento do turismo no estado do Pará. Tendo em vista essa potencialidade turística do município e seus problemas de ordem social e econômica o presente estudo busca identificar e analisar as políticas públicas voltadas para o fomento do turismo e desenvolvimento sócio-espacial do município no sentido de verificar de que maneira esse processo têm afetado a vida dos moradores e se as mobilizações dos grupos sociais local têm sido consideradas em suas formulações. No sentido de alcançar nosso objetivo estruturamos o presente estudo em três partes; na primeira realizamos uma análise sobre turismo, organização do espaço e o conceito de desenvolvimento sócio-espacial Souza (1997; 1998; 2000); na segunda parte apresentamos e discutimos sobre os planos e programas de turismo federal e estadual voltados para o Pará e Soure de modo rápido; na terceira parte analisamos o plano municipal de Soure. Pontuamos que esses programas de um modo geral não têm incluído a população local em suas formulações e execução, se não, o fazem de maneira superficial, não respeitando o princípio de autonomia, nem possibilitando melhoria em sua qualidade de vida.

PALAVRAS CHAVES: Soure, Políticas Públicas, Desenvolvimento Sócio-espacial, População local.

ABSTRACT: Soure has great tourism potential, by its natural landscapes, as beaches and farms, before that and for being one of the towns closest to the marajoaras Belém, became one of the most visited destinations, and this is also one of marajoara cities worked for public policies aimed at promoting tourism in the state of Pará In view of this tourist potential of the city and its problems of social and economic order this study seeks to identify and analyze public policies for the promotion of tourism and development socio-spatial feeling in the city to verify how that process has affected the lives of residents and the mobilization of local social groups have been considered in their formulations. In order to achieve our goal we designed this study in three parts, the first conducted an analysis of tourism, organization of space and the concept of socio-spatial Souza (1997, 1998, 2000), the second part we present and discuss the plans and programs of federal and state tourism facing the state, and Soure quickly, in the third part we analyze the municipal plan Soure. Point that these programs

generally have not included the local population in their formulation and execution, if not, do so in a superficial way, not respecting the principle of autonomy, even allowing for improvement in their quality of life

KEY WORDS: Soure, Public Policy, Socio-spatial development, local population.

INTRODUÇÃO: Analisar o mundo na fase atual nos impõe desafios. O meio-técnico-informacional, e o processo de globalização têm causado transformações tanto no espaço como na vida do homem, impondo um ritmo acelerando, fazendo com que este busque “válvulas de escape”.

O turismo entra nesse contexto como uma possibilidade de agregar conhecimentos, adquirir status, e poder vivenciar um modo de vida diferente ao do viajante, assim o turismo se apresenta como um fenômeno social, uma necessidade humana que provoca modificações no território.

O presente trabalho surge como fruto do trabalho de conclusão de curso, e se propõe a realizar uma breve análise sobre as políticas públicas voltadas ao turismo no estado do Pará, e no município de Soure localizado na ilha do Marajó.

O município de Soure apresenta grande potencial turístico, com destaque para suas paisagens naturais e cultura local, tornando-se uma das cidades marajoara mais visitadas pelos turistas que se dirigem ao Estado. Entretanto, apresenta deficiência infra-estrutural principalmente no que concerne a saneamento básico, coleta de lixo, saúde, transporte e segurança. O município ainda apresenta uma economia de base primária, e seu IDH apesar de ser um dos mais altos dos municípios localizados na ilha do Marajó, se comparado a outros municípios do Pará apresenta índice muito pequeno, sendo apenas 0,72 em 2000, segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do arquipélago do Marajó de 2007.

Desse modo, o turismo passa a ser considerado como um possível vetor de desenvolvimento não só para a região marajoara mais também para este município

que está incluído em uma demanda mundial por lugares cuja paisagem natural é um dos fatores atrativos.

Portanto, este estudo possui como intuito produzir material de interesse a pesquisas futuras referentes à temática, assim como, contribuir no estudo do planejamento territorial e das políticas públicas, enquanto fomentadoras do turismo, além de tentar entender como esse processo tem afetado a dinâmica territorial e sócio-espacial do município.

Neste sentido as questões da pesquisa são as seguintes: Essas políticas realmente proporcionaram desenvolvimento para o município? De que forma têm inserido a população local? Existe diálogo com a população local na suas elaborações?

Assim, temos como finalidade analisar as estratégias voltadas para a utilização de espaços turísticos, e se estas têm possibilitado o desenvolvimento do território, identificando alguns dos atores sociais envolvidos nesse processo, e apontando de que forma dá-se a inserção dos mesmos. Avaliando como essas políticas tem interferido na vida da população local, e se suas elaborações contam com colaboração e se suprem a necessidades daqueles, buscando assim, elucidar se ocorre de fato no município o desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 1996; 1997; 1998; 2000), ou seja, se de fato há respeito à autonomia da população local, e se essas políticas têm possibilitado melhoria na qualidade de vida, e maior justiça social para os mesmos.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, realizamos levantamento e análise bibliográfica sobre turismo em Soure, Ilha do Marajó, e Pará, turismo e o desenvolvimento do território, leitura e análise das propostas de políticas públicas voltadas para o fomento do turismo, estadual e local; observações sistemáticas na área de estudo com registro fotográfico, entrevistas semi-estruturadas com os agentes ordenadores do território voltados para o turismo, com representantes da sociedade civil organizada e levantamento de dados na Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.

No presente trabalho abordamos o conceito de turismo, sua importância e as primeiras ações no Brasil voltado para este segmento. A pesquisa está fundamentada nos estudos de Rodrigues (1996; 2006) para a qual o turismo é uma prática espacial, Cruz (2006; 2007) que afirma que além de ser uma prática espacial o turismo é uma atividade econômica, e Souza (1996; 1997; 1998; 2000) para fundamentar a discussão acerca do conceito de desenvolvimento sócio-espacial.

Por se tratar de um artigo elencamos para a discussão não todos os planos e programas voltados para a temática no estado do Pará, Ilha do Marajó e Soure, assim sendo, discutimos de maneira rápida as políticas e planos turísticos.

Discorreremos acerca da situação econômica, IDH do município de Soure, analisamos o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure (2009) suas diretrizes, a atividade turística no município e seu reatamento no território, a percepção e entendimento dos atores envolvidos com a atividade turística e as políticas públicas voltadas para o segmento, e para finalizar apresentamos nossas considerações finais.

1-Turismo e Organização do Espaço

O turismo existe desde o tempo em que era praticado apenas pela aristocracia europeia no século XVI, no entanto, com a Revolução Industrial no final do século XVIII, as viagens ganham outros destinos para além do “velho continente”, passando a fazer parte dos hábitos e costumes dessa nova sociedade que surge, a sociedade urbana (Souza, 2006). No século XIX esta sociedade urbana, irá sofrer as consequências desse novo modo de vida, aumento do ritmo de trabalho, poluição, violência. O lazer passa a ser uma possibilidade de fuga, dessa pressão e segregação social imposta por esse novo paradigma.

Promoção



Realização



É no século XX, exatamente pós Segunda Guerra, com a possibilidade de deslocamento mais rápido feito através de avião, e com os direitos adquiridos pelos trabalhadores (aposentadoria, férias) que ocorre a massificação do turismo, possibilitando as classes não aristocráticas viajar em busca de lazer.

As raízes do turismo contemporâneo, fruto do acelerado crescimento econômico do pós-guerra, encontram-se na melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, na criação de uma “civilização do automóvel”, na redução do tempo de trabalho e na implementação de uma “indústria do lazer” (...) (OURIQUES, 2005, p.15)

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo apresenta segmentos tais como: turismo de lazer, negócio, saúde, etc., e para a OMT todas as pessoas que viajam são consideradas turistas, sendo assim, o turismo compreenderia atividades desenvolvidas pelas pessoas ao longo de sua viagem, fora do lugar onde habitam por um período que não ultrapasse doze meses, com o intuito de lazer, negócio entre outros.

Apesar do turismo está presente nas pautas governamentais desde 1934, é apenas no governo Lula, que o turismo ganha pela primeira vez um ministério e um Plano Nacional de Turismo (2003-2007), ficando patente a importância do turismo para a referida administração (SANSOLO e CRUZ, 2008). Principalmente por seu viés econômico, já que a atividade ganha muita relevância em uma época de desemprego estrutural, pois representa a possibilidade de movimentação financeira de uma cidade, região ou mesmo de um país.

O turismo no século XXI corresponde a uma atividade de grande relevância econômica, principalmente para países em desenvolvimento e tropicais, cujo apelo paisagístico é muito forte, representando assim uma alternativa econômica. No entanto, como atividade econômica, o turismo em países emergentes se expressa, não

somente, enquanto resultado do investimento de capital privado, mas também como grande beneficiário de obras e de infra-estrutura patrocinadas pelo Estado e usufruídas por empresas desse segmento que “obtem grandes facilidades para a viabilização dos seus equipamentos, tais como *resorts*, grandes hotéis, parques temáticos, aeroportos, marinas, etc.” (RODRIGUES, 2006 p.306). Para Rodrigues (1999) o Estado desenvolve papel decisivo, expresso sobre tudo pela política nacional de turismo, planos e programas, que irão atuar nos níveis de administração: federal, estadual e municipal.

Rodrigues (2006) afirma que esse modelo apresentado no Brasil, a partir da década de 1990, com PRODETUR-NE, viabilizou-se a implantação de empreendimentos como Costa do Sauípe, na Bahia, trazendo uma nova lógica em que predomina a intervenção de macroatores que produziram uma valorização seletiva dos lugares, impondo novos valores ambientais, socioculturais, mudando a vida da população local e refletindo na produção de novas territorialidades.

Esse modelo de apropriação possui uma articulação local-global, ou seja, não há um desenvolvimento regional como apregoado pelo discurso utilizado; do ponto de vista econômico seus investimentos vem de capital externo e nacional, estando mais direcionados a atender a demanda internacional, com isenção de tributos e incentivos a iniciativa privada.

Do ponto de vista técnico, esse tipo de empreendimento necessita de um planejamento em escala federal, ficando a cargo de o setor público proporcionar a infra-estrutura necessária, ofertando as empresas do setor desde incentivos fiscais, até a viabilização de rede de transporte, energia elétrica, abastecimento de água entre outros equipamentos necessários para a consolidação da atividade a ser desenvolvida. Assim ocorre uma valorização do lugar, que acabará acarretando ônus a população local, como por exemplo, o aumento do IPTU, necessário a manutenção dos equipamentos implantados. Como em Ouriques (2005), o turismo que está ai exposto

e praticado “consume” paisagens, transforma modo de vida, além de impor aos habitantes das localidades turísticas, o valor de troca.

Do ponto de vista social, esse modelo de turismo se caracteriza por sua fórmula excludente e segregadora, a população local não pode usufruir de seus equipamentos, por ter menor poder aquisitivo, além de não participar do processo integralmente, pois não possui mão de obra qualificada. Pontua-se ainda a supervalorização dos imóveis, especulação imobiliária, elevação nos preços dos serviços, sobrecarga da rede esgoto, acúmulo de lixo, entre outros, como implicações negativas da instalação desse tipo de empreendimento (RODRIGUES, 1999).

O turismo enquanto atividade econômica exalta o valor de troca do espaço em detrimento do seu valor de uso, passando a ser compreendido como mercadoria. O espaço fica sujeito assim, ao mesmo processo de “coisificação” e “fetichização” que as mercadorias estão expostas (CRUZ, 2007).

É o espaço que vem se modificando, mais aceleradamente no período em que nos encontramos, a globalização ignora barreiras físicas, ultrapassa obstáculos, influenciando e transformando o espaço, ganha cada vez mais valor de troca, assim, passa a ser encarado como mercadoria. Essas mudanças ocorrem, sobretudo em áreas que sofrem intervenções turísticas (CARLOS, 1999). Assim não há, como visto em Santos (2008) produção que não seja produção do espaço, o homem vive, trabalha, no espaço, numa movimentação constate, desse modo entendemos que atividade turística se produz e reproduz constantemente no espaço.

Nesse sentido, é necessário compreender o turismo não só enquanto atividade econômica, mas também como uma prática social, antes de tudo ele é praticado por pessoas, implicando em mudanças não só para o turista, mas também para os lugares receptores, e para os autóctones, esse contanto com novos símbolos, culturas, pessoas produzem mudanças. Nesse sentido “o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma

“tabua rasa”, sobre espaços vazios e sem donos” (CRUZ, 2008), sendo que os espaços relativos às atividades turísticas não são constituídos apenas pela tríade Estado, mercado e turistas, mas também pela sociedade que habitam esses lugares.

1.1. Desenvolvimento sócio-espacial: discutindo o conceito

Neste estudo trabalhamos com o conceito de desenvolvimento sócio-espacial, de Marcelo Lopes de Souza (1996; 1997; 1998; 2000) para o qual o desenvolvimento esta para além do viés econômico, assim, antes de tudo tem de ser social. Para o autor o desenvolvimento sócio-espacial deve contemplar a autonomia, justiça social e qualidade de vida, ou seja, essas seriam as três variáveis que o desenvolvimento deve contemplar para não ser considerado apenas econômico, e sim sócio-espacial.

Para Souza (1996) o desenvolvimento pressupõe mudança, todavia o desenvolvimento só terá êxito, se essa mudança, estiver aberta, enquanto valor socialmente construído, ajustável às particularidades (mutável) da cultura de cada coletividade.

A opção por um desenvolvimento sócio-espacial pressupõe a escolha do principio de autonomia. Essa autonomia também seria uma possibilidade de resguardar a identidade cultural de uma dada sociedade local, mediante ao processo de homogeneização cultural que vem a cabo do processo de globalização.

Do ponto de vista operacional a autonomia é tida como parâmetro subordinador, pois é através dela, e de uma análise mais democrática, que se pode alcançar mais qualidade de vida e uma maior justiça social, estas por sua vez são consideradas parâmetros subordinados a autonomia.

Segundo Souza (2000), apenas se pode falar em autonomia se esta tiver como base a possibilidade efetiva de igualdades de chances da população na tomada de decisão, isso quer dizer também, se ela tiver acesso a informações. Mas, historicamente o que se tem visto são participações inexpressivas, quando muito uma

pseudo-participações, reflexo da falta de acesso a informações adequadas a população, para que saibam qual seu papel diante de tomadas de decisões que afetarão de maneira direta suas vidas, e de um modo geral, a vida de outras pessoas ou grupos sociais, ademais, o princípio de autonomia deve ter como alicerce, o respeito à alteridade do outro.

A base da autonomia é o direito a escolha, liberdade individual e coletiva, a autonomia individual diz respeito à capacidade do sujeito decidir seu próprio caminho, quer dizer ele é responsável pelas escolhas que refletirão em sua condição de existência. A autonomia coletiva esta relacionada com a presença de instituições sociais que iram garantir a oportunidade de satisfação dos indivíduos, através da participação de maneira efetiva em processo decisório. Isso resultará em uma maior justiça social que esta relacionada à esfera pública, política e a qualidade de vida esta relacionada à esfera privada, já que diz respeito a aspirações, desejos, felicidade. Assim, um desenvolvimento sócio-espacial, seguindo os moldes da autonomia, é antes de tudo um processo político, que está relacionado com as mudanças institucionais da sociedade e de organização espacial, capazes de favorecer mais justiça e satisfação das necessidades.

Segundo Souza (2000) não se pode confundir uma sociedade autônoma com uma sociedade “perfeita”, mas sim como uma sociedade onde a separação entre os dirigentes e os dirigidos foi de fato dirimida. Portanto, a eficiência econômica só pode ser considerada a partir de uma perspectiva autonomista, quando utilizada como um meio a serviço da justiça social e da melhoria da qualidade de vida.

Aqui é importante frisar o papel num contexto político do planejamento e da gestão urbanos, assim como do Estado, agentes modeladores (capital industrial e imobiliário), o papel da sociedade civil organizada como quem planeja ou gere. Além da importância do pesquisador/planejador nesse processo, já que uma pesquisa científica aplicada deve levar em consideração o saber local.

Promoção



Realização



2. Políticas Públicas e Planos de Turismo no território brasileiro

2.1. As Políticas de Turismo no Brasil.

A realização de um resgate sobre políticas públicas para o turismo revela que o mesmo, no que concerne, ao governo brasileiro, se manteve as margens de discussões e planejamento entre 1950 a 1990, apesar de haver o reconhecimento sobre a sua importância deste enquanto fomentador econômico.

Em 1958 no governo de Juscelino Kubitschek, através dos projetos de integração nacional, juntamente com o aquecimento do mercado automotivo pela classe média, proprietária de carros de passeio, houve a viabilização da ampliação da circulação mercantil, passando a desenvolver também o mercado turístico brasileiro.

O ano de 1966 marca o turismo no Brasil, porque é neste ano que ocorre a criação da EMBRATUR¹, com objetivo de propagação e expansão comercial do turismo, porém nesse período o turismo possuía um caráter para os governantes, apenas de componente das políticas de desenvolvimento regional. Partindo dessa premissa foi incluído no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento de 1970) (Ferreira, 2008).

Segundo Silva (2002) a década de 1980 no Brasil é marcada por movimentos sociais, instabilidade econômica; inflação, dívida externa, e desvalorização da moeda. Esses fatores afetaram fortemente o turismo de maneira negativa, pois nosso país não apresentava estabilidade econômica e era palco de constantes manifestações, ou seja, não era uma boa opção de destino.

Na década de 1990 as políticas públicas de turismo ganham maior destaque com a elaboração da primeira política de âmbito nacional, o Programa de Regionalização, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), todavia o Programa de Regionalização tem sua origem no Plano Nacional de Municipalização do

1

¹ EMBRATUR era o órgão responsável pelos assuntos referentes ao turismo no país, vinculado ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992-1998) e do Esporte e Turismo (1999-2002).

Turismo (PNMT), no ano de 1994, sob a incumbência da EMBRATUR durante a gestão do então presidente Itamar Franco (1992-1993).

O PNMT apresentava como objetivos a sensibilização dos residentes em localidades turística, quanto a fato de apenas possuir atrativos ou potencial turístico, não garantir o crescimento e desenvolvimento da atividade nessas localidades. Outro objetivo estava voltado para a estimulação do reconhecimento do turismo enquanto gerador de renda e emprego.

O plano apresentou três fases: sensibilização, capacitação e elaboração da estratégia municipal de turismo, a qual incluía a criação Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo.

O COMTUR seria um órgão de gestão municipal a ser definido pela EMBRATUR, com função de assessoramento municipal, em questões concernentes ao desenvolvimento turístico municipal, composto por vários segmentos da sociedade.

Hoshino (2007) baseado nos estudos de Oliveira (2005) afirma que depois desta fase os municípios estariam aptos para a elaboração de seu Plano Municipal de Turismo, no entanto, muitos municípios envolvidos não alcançaram esta etapa, já que, às críticas se estendem também a capacitação, pois mesmo ocorrendo as oficinas e cursos, o resultado não foi o esperado. Para os mesmos autores outro problema para o não sucesso do plano estava na metodologia alemã escolhida e aplicada, que em nada tinha haver com as peculiaridades do setor turístico brasileiro. O ponto positivo deixado pelo PNTM foi a mobilização das pessoas envolvidas no processo.

No ano de 2003 o turismo ganha um ministério próprio (Mtur) e um Plano Nacional de Turismo (2003-2007), estas ações fazem parte das estratégias do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para dinamização do turismo no Brasil.

2.2. Um breve histórico das Políticas de Turismo para o Pará

Promoção



Realização



Segundo Nascimento (2009) é a partir de 1960, sobretudo com a criação da EMBRATUR, que irão se estabelecer diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, resultando em formulações e implementações de várias políticas voltadas para o turismo em todo o Brasil. É nesse mesmo período que o turismo passa a ser discutido enquanto possibilidade de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia. Assim:

Desde o governo militar que o turismo aparece como uma das atividades importantes na tentativa de “desenvolver” a Amazônia, seja nas políticas de incentivos da SUDAM, seja na criação fracassada do Núcleo Colonial Bela Vista – zona prioritária de interesse turístico, em 1977 -CNTUR / Resolução n.º 895 de 28/01/1977 (FIGUEIREDO apud CRUZ, 2008).

A década de 1970 trouxe consigo os Planos de Desenvolvimento da Amazônia e o turismo acaba ganhando status de expansão, no entanto, as políticas de turismo voltadas para a Amazônia ainda assim, se apresentaram de maneira incipiente, nesse período ocorreu um convênio entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- SUDAM e a EMBRATUR, a fim de incentivar e executar o turismo na região amazônica.

Souza (2006) chama atenção para o fato da metodologia de se trabalhar pólo de planejamentos turísticos adotada nesse período permear todos os planos voltados para o turismo na região amazônica a partir de então, onde o espaço turístico passa a ser entendido por esses planos como relacionados a empresas ou parques industriais, assim a idéia de espaço passa a ser, não um espaço usufruído por todos e sim um espaço de poucos, o que acaba por interferir na própria dinâmica da sociedade.

(...) Pois quando o espaço das grandes empresas se diferencia do espaço banal (social) e é favorecido na elaboração teórica, o resultado natural é uma teoria aristocrática e discriminatória,

porque a população quase não é levada em conta (SANTOS citado por SOUZA, 2006 p. 47).

É na década de 1970, sobretudo que se inicia no Pará o turismo enquanto atividade, principalmente a partir da criação da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR em 1971, o turismo passa a ser utilizado nos discursos políticos como um caminho que levaria ao desenvolvimento regional, sem ocorrer à degradação do meio ambiente.

Com a implantação da PARATUR, houve na região um novo momento para a atividade turística no Pará, por se apresentar como um instrumento necessário para “fomentar o setor com o desenvolvimento de ações direcionadas à implantação de projetos turísticos, assim como para criar prioridades nos programas dos governantes locais e regionais.” (Cruz, 2008)

Segundo Souza (2006) em 1980 é lançado o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, de autoria da SUDAM, que apresentava como pilar o aumento da participação do turismo no desenvolvimento econômico e social, viabilizado pela geração de emprego e renda. No final de 1990, início do ano 2000 houve uma intensificação da campanha em torno do turismo e o possível desenvolvimento que isso traria para o Estado, enfatizando, sobretudo a potencialidade natural da Amazônia para o ecoturismo.

Apartir de 2000 o estado do Pará e o município de Soure sofreram intervenções em seus territórios de planos e programas voltados para o turismo, sendo estes: a) O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para Amazônia Legal – PROECOTUR, vinculado ao Governo Federal, lançado em 2000, b) O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará – PDT-PA elaborado no ano de 2001, sobre abrangência do governo estadual, c) o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil - PRT no ano 2005 e d) o Programa de Desenvolvimento do Turismo- PRODETUR em

2009 (os dois últimos ambos de nível federal), que segundo a PARATUR ainda encontra-se em processo de diagnóstico das áreas turísticas.

2.3. O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará elaborado no ano de 2001 apresenta como finalidade propor estratégias para desenvolvimento do turismo e através dele proporcionar melhorias na qualidade de vida da sociedade. Essas estratégias visavam contribuir nesse processo de modo a aproveitar a cultura e as paisagens naturais como atrativos, e traz em seu bojo discussões e argumentações do Governo, no que tange a legitimação de espaços e atividades turísticas. O PDT-PA foi estruturado a partir de informações contidas no “Projeto Beija-flor”² o qual identificou seis Pólos turísticos, sendo: Belém/Costa Atlântica, Marajó, Tapajós, Araguaia/Tocantins, Xingu e Tapajós, a serem trabalhados e dinamizados - (os pólos foram escolhidos por apresentarem potencialidade turística e já disporem de equipamentos turísticos), e foi baseado nesses Pólos que o Estado do Pará efetuou seu diagnóstico e identificou produtos e negócios turísticos prioritários. (PDT-PA 2001).

O Plano traça um diagnóstico da situação atual do turismo paraense, acerca dos recursos naturais, manifestações culturais, ressaltando ainda aspectos físicos do Estado pontuando as áreas propícias a serem trabalhadas pelo plano.

Segundo o plano, dispor de recursos não seria suficiente para tornar o Estado competitivo, assim seria necessário então, que eles estivessem “minimamente equipados, acondicionados e sinalizados, que enfim permitam a prática de atividades ordenadas e organizadas, etc” (PDT-PA, 2001). O plano aponta também que os

2

² Segundo Serra (2007) este Projeto foi desenvolvido no período do segundo governo de Almir Gabriel, no período de 1999 a 2002.

recursos turísticos paraense apresentam pouca diversidade, sendo o Pólo Belém o que apresenta maior diversificação por ser maior o centro urbano do estado d Pará. Seguindo essa análise no qual o plano mostra os recursos dos Pólos Belém e Pólo Marajó, este pólo nem mesmo apresenta equipamentos singulares, estando à demanda turística mais voltada para os seus aspetos naturais. Observa-se por fim que a elaboração não contou com a colaboração da sociedade civil.

2.4. Políticas de Turismo para o Marajó

A Ilha do Marajó batizada primeiramente com o nome de Ilha Grande de Joanes, está inserida no mercado mundial desde a exploração mercantil. Porém é apartir do século XVIII com a implantação das capitancias hereditárias, que se estabelece uma economia baseada na agricultura, extrativismo e pecuária, fomentada principalmente pela presença de jesuítas e mercedários nas fazendas, e também por contar com pastos de boa qualidade e mão de obra indígena (BRASIL, [1990-2008])

Esta situação econômica foi predominante ate a intervenção do Marquês de Pombal, o qual confiscou as fazendas primeiramente dos mercedários no ano de 1758, e dos jesuítas em 1792, passando as mesmas para colonos locais. A partir de então, o Marajó que usufruía de relações comerciais com a Europa, passou por um período marcado por devastação dos campos, furto de gado e doenças.

Nos meados do século XVIII com o declínio da produção gomífera a região passa por um período de estagnação econômica e apartir de 1920:

Há uma reorientação das atividades especialmente na agricultura, produção madeireira, exploração de castanha e na produção animal. Alem disso, as atividades como pesca, caça e coleta de frutos comestíveis contribuíram para minorar os efeitos da crise (BRASIL, [1990-2008] p. 327)

A partir de 1950 o Marajó apresentava uma economia baseada na exploração de produtos primários tais como a coleta de borracha, da castanha, do timbó, da madeira e da pesca. (Brasil,[1990-2008]), o que acabou influenciando o padrão de organização local, onde estes acabaram se distribuindo em pequenos povoados.

É a partir de 1970 com a implantação da política de desenvolvimento para a Amazônia que ocorre a introdução do turismo enquanto um novo segmento econômico para a região, que buscava proporcionar o desenvolvimento econômico. Desse modo Soure, enquanto cidade amazônica e disposta de seu acervo natural como principal atrativo é escolhida para ser a principal cidade de fomento do turismo. Assim sendo, na década seguinte houve um processo de melhoria de infra-estrutura principalmente com a construção de hotéis pela cidade, assim como o estabelecimento da parceria entre poder público e agências de turismo para transformar o município em atração turística.

A atividade turista passa a ser mais uma possibilidade de desenvolvimento econômico para o município de Soure e cidades vizinhas.

Para Figueiredo (1997) essa intervenção realizada pelo governo militar por intermédio da SUDAM, EMBRATUR, órgãos estaduais e municipais, possibilitou o início de uma dinamização. Essa dinamização ocorreu tanto nos aspectos econômicos, espacial, como no social uma vez que houve o surgimento de uma nova classe na sociedade sourense, que seriam os empresários ligados ao turismo, bem como, o surgimento de novos atores dentro do contexto sócio-cultural local, aqui entendido com turistas, além das transformações espaciais ocorrida com a construção de pousadas e hotéis pela cidade, hotéis estes que contaram acima de tudo com os incentivos fiscais cedidos pela SUDAM.

Na passagem de da década de 1970-1980 há valorização da beleza natural, da preocupação com o eco, principalmente depois da conferência de Estocolmo 1972, o que se vê pelo mundo a partir deste momento é o surgimento de programas e planos

preocupados com a questão ambiental e as políticas de turismo não fugiram a regra, no entanto no Marajó, foram posturas adotadas de fora pra dentro, não inserindo a sociedade no seu contexto.

3. Breve caracterização do Município de Soure

O município de Soure está localizado na parte oriental da ilha do Marajó no norte do Estado do Pará, e encontra-se na mesorregião do Marajó, que compreende três microrregiões, sendo este parte da microrregião do Arari, possui uma população de 21.510 habitantes e uma área de 3.513 km² (IBGE, 2007).

Devido a sua localização e facilidade de locomoção a partir de Belém (capital paraense) Soure e Salvaterra se apresentam como os destinos mais escolhidos pelos turistas que se destinam ao Marajó.

Possuidor de “praias” fluviomarinhas como a do Pesqueiro, com águas brancas (barrenta) e calmas, fazendas onde se pode praticar ecoturismo, caminhadas, trilhas ecológicas, além da possibilidade de entrar em contato com ecossistemas diferenciados como os campos alagados, e manguezal, possui um grande diferencial, por ser banhado ao norte pelo oceano atlântico e a leste pelo rio Pará. O município ainda apresenta uma diversidade de rios e furos³ onde se pode praticar a pesca.

3. 1. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do município de Soure

3

³ Denominação regional amazônica para os braços d'água que ligam um curso d'água a outro ou a um lago ou, ainda, pelo montante da foz ao curso d'água em que deságua. Na Amazônia são característicos na região das ilhas, onde os furos de Breves formam um verdadeiro labirinto de canais anastomosados (Guerra e Guerra, 2003)

O Plano de Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure, é um plano proposto pela atual administração presente no município, sua implementação começou em abril de 2009 e tem a duração de quatro anos

Segundo o plano suas propostas foram desenvolvidas de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, do Governo Federal, através do Ministério do Turismo, que institui o segmento turístico como instrumento de planejamento e gestão da atividade, e com o objetivo de evidenciar as potencialidades naturais e culturais do Município de Soure (SOURE, 2009).

Seu objetivo central é desenvolver Soure enquanto destino turístico no Marajó, em seus diversos aspectos como segurança, informações, infra-estrutura, cultura, lazer, saúde e meio ambiente.

O plano traz em seu bojo, que o desenvolvimento de uma região não depende somente de seus produtos turísticos, desse modo deveria haver fatores estruturantes para que assim a atratividade e competitividade dos produtos do município ocorressem de maneira a garantir o crescimento dos fluxos econômico, isso seria viável através da multidisciplinaridade do setor. Traça também um diagnóstico do turismo no município.

Atualmente, os segmentos turísticos mais acentuados neste Município são o turismo rural, o ecoturismo, Sol e Praia e o segmento designado como turismo de Segunda Residência. Poder Público, Comunidade e Iniciativa Privada estão trabalhando de forma absolutamente descoordenada (SOURE, 2009)

O plano traça ainda diagnóstico, dos equipamentos turísticos e suas ofertas, qualificação de mão de obra, meios de hospedagem, agência de viagens, condutores locais, grupos folclóricos, restaurantes representantes da gastronomia regional, fazendas, praias, infra-estrutura e fluxo turístico, seus programas Programa de

Consolidação, Desenvolvimento e Qualificação da Oferta Turística; Programa de Geração e Distribuição da Informação Turística; Programa de Gestão de Relações Institucionais; Programa de Promoção e Apoio à Comercialização Turística. O plano traça os possíveis impactos positivos e negativos a serem gerados pelas ações.

4. Considerações Finais

O turismo se estabelece enquanto atividade econômica no século XX, passando a ser trabalhado principalmente em países tropicais e de economia emergente, cuja procura é pelas paisagens naturais, pelo exótico. Nesse contexto o turismo ganhou papel fundamental como alternativa econômica para esses países, e o Estado segundo Rodrigues (1999) apresenta grande importância nesse contexto já que fica a cargo dele a elaboração de políticas nacional de turismo, planos e programas regionais em todos os níveis de administração pública.

Uma das questões principal que buscamos mostrar em nosso trabalho é que esperamos ter alcançado é como essas políticas públicas e programas têm inserido a população local, o que vimos é que ocorre uma inserção precária e poucos diálogos com os mesmo, como vimos no decorrer do trabalho e entrevista realizada com sociedade civil organizada, seus anseios não contemplados pelas políticas de turismo aplicadas ao município, essas políticas acabam contemplando apenas um segmento da população local, não ocorrendo inclusão igualitária nesse processo.

Acreditamos que o turismo enquanto atividade econômica pode proporcionar desenvolvimento para o município, melhorando inclusive o seu IDH que é um dos menores do Pará, mas isto desde que esse desenvolvimento não possua apenas o viés economicista, alijando a população local de formulações e efetivações das políticas públicas voltadas para este segmento econômico.

O desenvolvimento deve vir acompanhado da melhoria de infra-estrutura urbana, segurança, educação, geração de emprego, e melhoria do poder aquisitivo, então este desenvolvimento deve ser antes de qualquer coisa um desenvolvimento

Promoção



Realização



social, que busque sobre tudo a autonomia da sociedade e que rume para uma maior liberdade e menor desigualdade, não esquecendo que o turismo não pode ser visto como “tábua de salvação” para os males econômicos de nenhum lugar, ele pode sim, ser um dos fatores que levam a esse desenvolvimento.

O turismo em Soure tem interferido na dinâmica territorial, ocorreram mudanças na configuração espacial, e também nas relações sociais com a construção de hotéis, mudanças ocorrerem também no modo de vida, sobretudo no período de maior fluxo turístico. É importante ressaltar o papel do Estado com suas ações indutoras nessa busca por esse desenvolvimento do território a partir de políticas públicas voltadas para o turismo, no entanto essas políticas ainda são incipientes. Destacamos que esse desenvolvimento que esta ocorrendo na cidade não é como o visto em Souza (1997), ou seja, não esta ocorrendo desenvolvimento sócio-espacial, já que não se respeita o principio de autonomia (a população quase não participa das tomadas de decisões), por sua vez não ocorre justiça social, e isso impossibilita que ocorra a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Desse modo, se faz necessário que haja consonância entre as políticas públicas e a população local (Cordovil, 2008), é preciso que se estabeleçam assim diretrizes a serem seguidas de modo a promover benefícios para essa população. O turismo não pode ser uma via de mão única, ele gera impactos, sejam eles positivos e/ou negativos, isso porque ocorre o estabelecimento de novas relações e influência direto na dinâmica territorial, e em Soure os empreendimentos implantados desde 1980 têm provocado essa mudança.

Concorda-se com Rodrigues (1999) para a qual o turismo tem que ter por objetivo a convivência, a participação, o entendimento da cultura da população residente - o que diminuiria o distanciamento e o estranhamento da população local com os turistas, como um caminho para a mudança de paradigma e de perspectiva dos formuladores das políticas públicas de turismo, e mesmo da prática turística. A

inclusão da população local nesse processo da atividade turística que esta estabelecida na Amazônia, e que é trabalhada nos programas com uma hipervalorização da natureza, viria a cabo, assim da implantação de novos valores e novas práticas, valorizando as tradições, a cultura, e a gastronomia tornando a viagem, o fazer turístico, mais orgânico, e menos consumista de simulacros.

Temos consciência que este trabalho é apenas uma modesta contribuição quando falamos de turismo, políticas públicas e sobre tudo Marajó, todavia, esperamos contribuir para futuras discussões e reflexões, não somente no meio acadêmico, mas também no seio da comunidade Sourense. Esperamos que este estudo possa servir como um dos instrumentos para o entendimento das políticas voltadas para o turismo em seu território, possibilitando a sua participação nesse processo de maneira mais integrada e consciente.

5 - Referências

BECKER, B. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=3>> acesso em: 01 fev.09.

BRASIL, M. C. Marajó: em busca da sobrevivência. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/amazonia/marajo.pdf> acesso em: 05 out.08.

BRASIL, Plano Nacional de Turismo, Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007. Brasília. 2003.

Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil. PARATUR: Belém, 2006.

Plano Nacional de Turismo, Uma viagem de Inclusão. 2007-2010. Brasília. 2009.

CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. **In: Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**, (org.) Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia, Ariza da Cruz. São Paulo. Hucitec. págs. 25-39, 1999.

CRUZ, R. de C. A. da. **Planejamento governamental do turismo:** convergências e contradições na produção da espaço. In: Lemos *et al* (orgs.) América latina: cidade, campo e turismo. São Paulo. Clacso, 2006.

Geografia do turismo: de lugares a Pseudo-lugares. São Paulo. Rocca, 2007.

CRUZ, S. H. R. **Ecoturismo e desenvolvimento:** análise do programa nacional de desenvolvimento do ecoturismo – proecotur no pólo marajó/PA. Disponível: em < artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1158893946_78.doc > acesso em 15 jan.09.

CORDOVIL, J. C. S. A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento do turismo no município de Cametá-Pa. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia- UFPA, Belém, 2008.

ENDRES, A. V. **Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado:** cenários e Inquietações. Disponível em < http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_res_1art4.pdf > acesso em: 02 out.09.

FIGUEIREDO, Silvio José de Lima. Gênese do pensamento sobre ecoturismo e seus efeitos: O desenvolvimento sustentável. In: **Turismo e Cultura:** mudança cultural em Soure (Ilha de Marajó) em decorrência da Exploração do Ecoturismo. Belém. NAEA/UFPA. 1998. p. 23-77.

Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

FRATUCCI, A. C. **Os lugares turísticos:** territórios do fenômeno turístico. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/45> > acesso em: 15 set.09.

GONÇALVEZ. N. S.. **Turismo de segunda residência e territorialidade turística na praia do Marahú, Moqueiro-PA.** Belém: UFPA/IFCH. Curso de Geografia, 2008.

HAESBART, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território: territórios.** (orgs.) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. UFF./AGB, 2002 p.22-38.

HALL, C. M. *et al* **Turismo:** conceitos, instituições e temas. In: HALL, C. M. *et al* (orgs.) Compêndio de turismo. Instituto Piaget, 2004. p 07-55.

HOSHINO, Y. **Políticas públicas e participação em programas de turismo no município de Soure,** Pa - análise de política – 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Núcleo de Altos Estudos Amazônico, Universidade Federal do Pará, 2007.

NASCIMENTO, V. L. Q., **Políticas públicas de ecoturismo e participação**: a trajetória do PROECOTUR no pólo Belém/Costa Atlântica. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)-NAEA/UFPA, Belém, 2009.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP. Alínea. 2005

PARÁ. **Plano de desenvolvimento do turismo do Estado do Pará (PDT-PA)**. Belém: Companhia Paraense de Turismo-PARATUR. 2001

Plano de desenvolvimento territorial sustentável para o arquipélago do Marajó. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial

Disponível em: www.integracao.gov.br acesso em: 25/06/2008.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência E Tecnologia Companhia Paraense De Turismo. RESOLUÇÃO Nº 001 /2009; RESOLUÇÃO Nº 002 /2009.2009

PARATUR- Órgão de turismo do Estado do Pará- **texto preliminar sobre o PRODETUR**. 2009

RODRIGUES, A. B. Um programa de geografia do turismo em nível de pós-graduação. In: **Turismo e espaço**: rumo a um conceito transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999.

Turismo e territorialidades plurais - lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: Lemos *et al* (orgs.) América latina: cidade, campo e turismo. São Paulo. Clacso, 2006.

SAQUET, M. A.. Condicionantes e Características de reelaboração do Pensamento Geográfico nos anos 1950-60. In: **Abordagens e concepções de território**. São Paulo. Expressão Popular. 2007. p 37-52

SANTANA, E. de J. M. *et al*, Caracterização físico-ambiental da paisagem costeira de Salvaterra e Soure, Ilha do Marajó – Pará. In: Anais do XV ENG, 2008. ISBN 978-85-98 598-61-1. CD

SANTOS, J. P. S. dos. **Políticas públicas de turismo e gestão do território no município de Vigia-PA**. Belém: UFPA/IFCH. Curso de Geografia, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Edusp. 2008.

SANSOLO, D. Gr.; CRUZ, R. de C. A. da. **Plano nacional do turismo: uma análise crítica**. In: Instituto Virtual de Turismo. disponível em www.ivt-rj.net. Acesso em: 02 Nov.2008.

SERRA, H. H. **A Concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento de Turismo no Pará (PDT – Pa)**, 160 f. Dissertação(Mestrado em Geografia)-UFPA. Belém, 2007.

SOURE. **Plano de Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Soure**. Secretária municipal de Turismo. 2009

SOUZA, J. A. A. **Nas ondas da pororoca: repercussões sócio-espaciais da atividade turísticas no município de São Domingos do Capim (Pará)**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-UFPA. Belém, 2006.

SOUZA, V. E. P. **Políticas públicas para o turismo na Amazônia: uma análise do PROECOTUR**. Belém: UFPA/IFCH. Curso de Geografia. 2003.

SOUZA, M. L. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1996.

Algumas notas sobre a importância do espaço para p desenvolvimento social. UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1997.

Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito” – problema. UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 1998.

O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. UFRJ: Revista TERRITÓRIO, 2000.

TAVARES, M. G. C. **Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó (PA)**. In: Bartholo, R, Sansolo D. G. e Bursztyn. (Org.). Turismo de Base Comunitária. São PAULO: Letra e Imagem, 2009, v. p. 249-260.